

ATA 16/03 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE

Aos sete dias do mês de agosto de 2003, reuniu-se às dezenove horas na Associação dos Servidores da Secretaria Municipal de Saúde, o Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre, em Plenária Ordinária: **1) Apresentação:** O Coordenador Dr. Humberto Scorza agradece a presença do Prefeito João Verle que participou da sessão plenária de hoje com a finalidade de apresentar a nova Secretária Municipal da Saúde, Dra. Sandra Fagundes e na qualidade de observador do Controle Social. O Prefeito João Verle assumiu o compromisso de retornar em outra ocasião, já que todas as discussões até agora são decorrência dos cortes de verba. Registra a saída do Dr. Joaquim Kliemann da SMS em função do pedido do mesmo a partir do desgaste sofrido com a greve; Novos Conselheiros: Guilherme Ferreira Lamb (1ª CRS) Titular e Janice Castilhos como Suplente; Representante Técnico: Sirley de Fátima Cardoso Menezes (CLS Centro) Suplente. **2) Faltas Justificadas:** Elen Borba (CLS Centro); Carlos Alexandre Geyer (FIERGS). **3) Leitura da Ata n.º 15** pela Sra. Ana Maria de A. Cirne. **4) Informes: a) A Comissão Organizadora da IV Conferência Municipal de Saúde de Porto Alegre,** divulga a realização das Pré-Conferências Regionais agregando algumas regiões da cidade a saber: Pré-conferências Regionais: Todas acontecerão das 9h as 17h, com intervalo para almoço; 1º Leste/Nordeste - 30/08-Local: Escola Antão de Farias (Rua Bom Jesus, 505-Vila Bom Jesus); Norte/Eixo-Baltazar -30/08-Local: Associação dos Moradores da Vila Nova Esperança (Rua: João Bravo de Almeida nº 101- rua ao lado do Centro Vida); 2º Humaitá/Navegantes/Ilhas Noroeste-Centro - 06/09-Local: SINDISPREV (Travessa Leonardo Truda, 40-15º andar); Glória/Cruzeiro/Cristal-13/09-Local: Centro de Saúde Vila dos Comerciantes (Rua Prof. Manoel Lobato, 151 - 3º andar); Partenon/Lomba-13/09-Local: Sanatório Partenon (Av. Bento Gonçalves, 3722); Centro-Sul/Sul-06/09-Local: (Cecopam) Rua. Arroio Grande n.º 50-Centro Regional de A.S. Sul/Centro-Sul; Restinga/Extremo-Sul-Local: Fazendinha Recreio-Estrada Juca Batista, 9622. A IV Conferência será realizada no Colégio Rosário, sito à Praça Dom Sebastião nº 02, Porto Alegre/RS. Serão realizados painéis pela manhã e grupos de trabalho à tarde. Após passa a leitura do regulamento para IV Conferência Municipal de Saúde, que após correções foi aprovado por 31 votos à favor, nenhum contrário e sem abstenção. **b) O Sr. Jairo Tessari** (Federação das Santas Casas e Filantrópicos) informa que após o Congresso das Entidades Filantrópicas realizado nos dias 24 e 25 de julho ocorreu Assembléia Extraordinária da Entidade que contou com a presença pluripartidária de deputados da bancada estadual e federal, onde foram discutidas as dificuldades para o SUS. Os hospitais filiados optaram por não aderir à campanha do CREMERS de cobrança de diferença de classe pelo SUS e defenderam o aumento do repasse de recursos para o SUS e correção de 30% na tabela incorporando a correção inflacionária anual, inclusão dos hospitais filantrópicos pequenos nos mecanismos de prevenção à saúde, como estratégia de sobrevivência e implantação imediata da PPI (Programação Pactuada Integrada). O Sr. Jairo Tessari sugere ainda a liberação de recursos para o financiamento dos hospitais a exemplo do FUNAFIR lançado em 1999 pela Secretária Estadual de Saúde Maria Luiza Jaeger. O judiciário não concedeu a liminar pleiteada pelo CREMERS quanto à cobrança de diferença de classe, diz o Sr. Jairo Tessari. A Conselheira Carla (DST/AIDS) pergunta ao representante das filantrópicas se a Santa Casa é filantrópica, pois em visita da Comissão de DST/AIDS do CMS, o administrador da instituição demonstrou desconhecer o enquadramento como Hospital Filantrópico. **5) Prestação de Contas da Municipalização Solidária 99/00.** A Secretária Adjunta Ana Boll informa que alguns investimentos foram atendidos na íntegra e o CMS e Conselhos Gestores têm acompanhado. Outros não e propõe ao CMS um reordenamento financeiro. Por exemplo: 350 mil reais previstos para investimentos em RHs, que sejam destinados 50 mil reais para a cobertura de despesas da IV Conferência Municipal de Saúde. E os outros 300 mil reais para aquisição de material de consumo, permanente e manutenção

53 das ambulâncias do SAMU. O Ministério de Saúde repassará recursos, em breve, para
54 ambulâncias e reposição de alguns equipamentos e obras para farmácias regionais.
55 Sendo priorizadas a rede elétrica do PAM-4 (IAPI) e obras de adequação do CS Santa
56 Marta. Sra. Ana Cirne pergunta se a compra de material permanente vai para as USs.
57 Pois a última remessa foi em 2000. Sra. Betusa (SIMERS) solicita que os orçamentos
58 venham mais detalhados para os Conselheiros. A verba para o SAMU já foi liberada e não
59 foi aplicada e lembra que a SES/RS não se responsabiliza pela concessão de óculos. A
60 PMPA-Prefeitura Municipal de Porto Alegre, tem que garantir acesso a óculos para
61 crianças e adolescentes. Verifica que não houve a correção financeira do capital. Sra.
62 Tânia solicita que se tenha uma idéia mais clara dos custos. A compra de leitos para HIV
63 no Hospital Vila Nova e para Transporte Social tem previsão orçamentária. O Sr. Osmar
64 Maschio diz que o transporte social não está previsto no OP Orçamento Participativo. A
65 Secretária Adjunta Ana Boll informa que a aquisição de material permanente para 2000
66 não ocorreu. Por isso as USs não receberam. Lembra a existência do Convênio Pão dos
67 Pobres com a SES/RS para o fornecimento de óculos. Órteses e Próteses estão sendo
68 acompanhadas pela Comissão de Assistência Complementar do CES/RS e o CMS tem
69 participado. Sr. Salimem pergunta sobre a execução das obras da Casa da Harmonia. A
70 Secretária Adjunta Ana Boll diz que o projeto da Casa Harmonia foi liberado em 2000,
71 aguardando os demais encaminhamentos junto a SMOV, SMIC, etc. Sra. Ana Cirne diz
72 que se o fornecimento de óculos não está previsto na Assistência Complementar, seria o
73 caso de ser municipalizado. Sr. Deoclides (CLS Partenon) considera prioridade o
74 investimento em ambulâncias. A Secretária Adjunta Ana Boll coloca que os
75 detalhamentos sobre material permanente podem ser trazidos para a plenária. Sra. Jane
76 Pilar (Assessoria Comunitária) lembra que a relação de material permanente foi aprovada
77 pelo CMS. Sr. Nei Carvalho (Coordenador Adjunto) diz que os recursos da
78 Municipalização Solidária estão atrasados, não houve o repasse relativo aos exercícios
79 2001/2002. Futuramente teremos que ajustar a previsão de investimentos para
80 2001/2002. A Municipalização Solidária de 2000 previa um total de 5 milhões e 900 mil
81 reais que foi subdividido em 48 parcelas, dificultando o planejamento dos investimentos.
82 Parecer SETEC nº 33 - Reordenamento dos Recursos da Municipalização Solidária
83 1999/2001. Aprovado por 28 votos favoráveis, 01 contrário e 01 abstenção. Sr. Salimem
84 (UAMPA) faz declaração de voto em contrário porque não se sente suficientemente
85 esclarecido. Sra. Betusa (SIMERS) pergunta se o CMS apreciará a Prestação de Contas
86 do material permanente. A Secretária Adjunta Ana Boll, afirma que todas as prestações
87 de conta passam pelo CMS. Parecer SETEC nº 31 - Saúde Solidária do Hospital
88 Beneficência Portuguesa no período de julho a dezembro de 2002. Aprovados por 32
89 votos favoráveis, 1 contrário e 1 abstenção. Parecer SETEC nº 32 - Saúde Solidária do
90 Hospital Petrópolis referente ao período de julho a dezembro de 2002. A SETEC
91 recomendou solicitação de esclarecimentos sobre os recursos aplicados em "Despesas
92 Permanentes". Será enviado ofício a instituição solicitando detalhamento. Projeto GHC
93 Grupo Hospitalar Conceição - Álcool e Drogas. O Coordenador Dr. Humberto Scorza
94 retoma discussão sobre Saúde Mental, especialmente para crianças e adolescentes.
95 Hoje, apresenta uma proposta preliminar de iniciativa da Secretária Sandra Fagundes que
96 compunha anteriormente o GHC. Com 8 leitos para hospital dia e atendendo as normas
97 regulamentadoras para Saúde Mental com atendimento regionalizado no território da área
98 Eixo/Baltazar. Com atendimento até 200 mil cidadãos por não ser intensivo. Podendo
99 expandir para outras regiões, evitando internações. Sra. Luiza da ASSEPLA Saúde
100 Mental refere uma capacidade de 25 à 45 pacientes por dia para casos de desintoxicação.
101 E capacidade mensal de 350 atendimentos. Porto Alegre possui 3 CAPS - Centros de
102 Atenção Psicossocial para crianças e 1 CAPS para adultos. Sra. Tânia pergunta se
103 haverá acompanhamento pós internação. Sra. Luiza responde que sim através dos
104 trabalhos comunitários, oficinas, etc. Sra. Encarnación (CLS Leste) o CAIS - Centro de

105 Atenção Integral à Saúde 8 era para ser na Região Leste e a Comunidade abriu mão para
106 a região Centro. Agora o GHC encampa. Não é possível ver só uma região contemplada
107 em Saúde Mental na cidade. A Secretária Sandra Fagundes afirma que é preciso
108 reorganizar o atendimento de Saúde Mental, porque os municípios não dão conta. Sra.
109 Luiza (ASSEPLA Saúde Mental) coloca que os territórios mais definidos facilitarão a
110 regulação. Sra. Betusa (SIMERS) diz que o PAM 3 recebe toda a demanda de Saúde
111 Mental em Porto Alegre, vão ser criados outros 30 leitos no Hospital Vila Nova, mas Porto
112 Alegre precisa ter acolhimento no pós alta, pois sem este suporte o drogadicto volta à
113 mão do traficante. O Coordenador Dr. Humberto Scorza, diz que a proposta é o município
114 de Porto Alegre entrar em parceria com GHC para o CAPS, sem detalhamento no
115 momento. Colocada em votação a criação do CAPS no GHC a proposta é aprovada por
116 30 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. O Coordenador Dr.
117 Humberto Scorza relata sobre os cortes de atendimento na Santa Casa que chegam à
118 50%. Relata o aumento de denúncias recebidas no CMS sobre a entidade e a visita da
119 Comissão de DST/AIDS a DIP - Divisão de Infectologia e Parasitologia em 1º-08-03. Sra. I
120 sete (Coordenação DST/AIDS-SMS) relata que os membros da Comissão apresentaram-se
121 à direção sendo recebidos pelo Dr. Jacques e Dr. Julio que verbalizaram o incômodo
122 da presença da Comissão na Santa Casa e destacaram que o local a ser mobilizado era a
123 Secretaria Municipal de Saúde. A DIP estava com 8 leitos ocupados, 6 leitos
124 desativados. A Sra. Isete acredita que foram recebidos porque não comunicaram
125 previamente. Em diversas ocasiões o administrador da Santa Casa afirmou que a mesma
126 não é filantrópica, e sim universitária. O Dr. Julio disse que o menor corte foi na DST/AIDS
127 pois foram demitidos 300 funcionários. Sr. Ronald fala que isso acontece porque
128 permitimos e sugere uma fiscalização mais efetiva. A Sra. Ana Cirne lembra que a Santa
129 Casa diz freqüentemente não precisar do SUS, então eles que façam transplantes
130 somente privados. O Hospital Santo Antônio cortou o atendimento às crianças da
131 infectologia. A Santa Casa diz que 92% dos atendimentos do Santo Antônio são pelo
132 SUS. O Sr. Jairo Tessari (Federação das Filantrópicas) diz que em 1999, 199 hospitais
133 pequenos foram transformados em ambulatórios resolutivos. Quando a ex-Secretária
134 Maria Luiza Jaeger, solicitou recursos para a Santa Casa os mesmos foram alocados
135 através das emendas parlamentares. Na plenária dos cortes orçamentários foi revelado
136 atraso de pagamento aos hospitais desde outubro de 2002. Todos os hospitais reduziram
137 a prestação de serviços. Na plenária do CES/RS foi informada a gestão plena do SUS
138 para o nível estadual, com possibilidade de adiantamento de dois bilhões de reais.
139 Filantrópicos se articulam para o aumento do teto e recursos adicionais. A Federação não
140 interfere na gestão dos sócios mas recomenda que sempre se agende para que sejamos
141 melhor recebidos. A Santa Casa é a maior filantrópica do Estado e uma das maiores do
142 país. Precisa comprovar 70% de atendimento ao SUS por ser classificada como Hospital
143 Escola pelo MS. Sra. Carla (Comissão DST/AIDS) informa que a liminar que mantinha a
144 DIP foi caçada pelo gestor municipal. Os 8 leitos de isolamento foram mantidos mas não a
145 unidade da DIP. Dr. Julio Boehl (GRSS) fala que a série histórica é de 23 e 24 a AIHs até
146 maio de 2003. Com cadastro de 9 leitos para internação. Dados atuais ainda não
147 disponíveis. Mas na DIP internam outras doenças infecto-contagiosas não só AIDS. Há 2
148 anos e meio a SMS tenta assinar o contrato de metas com a Santa Casa. A questão já
149 está no Ministério Público e se negam a assinar. Não sendo apenas contratual e sim a
150 necessidade de definir o que o gestor necessita comprar em termos de prestação de
151 serviços e a forma de remunerar. Dr. Julio Boehl informa que a Santa Casa em termos de
152 internação cumpre acima de 70% para o SUS. Quanto ao ambulatório, número de
153 procedimentos, etc, já foi firmado um acordo. Se a Santa Casa ultrapassou foi por sua
154 conta e risco. A Santa Casa gerou um passivo para negar o contrato de metas
155 ambulatoriais estabelecidas. Apesar dos cortes orçamentários o Hospital de Clínicas de
156 Porto Alegre não reduziu, o Hospital Parque Belém adequou dentro dos 14%, o Grupo

157 Hospitalar Conceição também não reduziu, o Hospital Vila Nova também não. Todos
158 procederam a uma readequação financeira com cortes lineares. A Santa Casa reduziu
159 43% das consultas à Central de Marcação e tencionou para que fosse retroativo. A GRSS
160 entesou que seria caso de enviar ao Ministério Público. O estado não enfrentou este
161 desgaste porque lançou um redutor de 3 milhões de reais por mês e diminuiu AIHs mas
162 não verbalizou a redução dos recursos para a saúde. A decisão unilateral de prestar
163 menos serviços, não pode ocorrer porque trata-se de uma entidade social. Em 1996, 50%
164 do atendimento nos hospitais de Porto Alegre eram originados por usuários do interior.
165 Hoje, em Porto Alegre chega a quase 70%. Devemos passar pela autorização prévia de
166 todo o serviço prestado ao SUS. O Coordenador Dr. Humberto Scorza diz que o Dr. Julio
167 Boehl muito esclareceu. Mas o Ministério Público é lento. A Santa Casa se nega a vir
168 debater o assunto no CMS. Por que? Quando questionados sobre entradas diferentes
169 para privados e SUS, o Dr. Julio da Santa Casa, alegou tratar-se de lei da ex-Secretária
170 Maria Luiza Jaeger. Se a entidade se conduz assim, é porque se constituiu num mito e
171 tem um passado. Concentrou uma tecnologia maior a custos maiores e adquiriu uma
172 credibilidade. Transformando-se em referência para transplantes. Só que nunca
173 discutiram com o Controle Social sobre a necessidade de hospital para transplante. E
174 encaminha a formação de uma Comissão para que todo o Conselho vá a Santa Casa. Sr.
175 Jairo Tessari agendará com a instituição. Registra que a COSMAM Comissão de Saúde e
176 Meio Ambiente manda convite ao CMS via Gabinete do Prefeito e esclarece que o CMS
177 não é Conselho Setorial Municipal. O Coordenador Dr. Humberto Scorza saúda a posição
178 adotada pela Federação das Filantrópicas quanto a nota do CREMERS sobre cobranças
179 de diferenças no SUS e destaca que o Sr. Jairo Tessari tem sido um parceiro do SUS.
180 Dr. Nauro Aguiar (SIMERS) alega que é fácil achar um vilão mas é preciso virar o jogo
181 para o Governo Federal, Estadual e Municipal, para que o SUS se efetive na prática com
182 verba carimbada para o setor saúde.. O Coordenador Dr. Humberto Scorza concorda com
183 o Dr. Nauro Aguiar (SIMERS) quanto as verbas, mas recorda a luta pela PEC 169 que se
184 transformou na EC 29. **c) Proposta de Estatutos para o Conselho Gestor**, Sr. Nei
185 Carvalho (Coordenador Adjunto) inicia relatando que a proposta apresentada hoje é fruto
186 de um trabalho de mais de um ano do Núcleo e das CLSs. Iniciada a leitura da proposta,
187 e após destaques, a Secretária Sandra Fagundes coloca que não concorda com a
188 denominação contida no Artigo I "na Atenção Primária" e solicita prazo para que a nova
189 equipe da SMS se aproprie. O Sr. Nei Carvalho manifesta sua contrariedade em função
190 do longo debate sobre a matéria colocada em votação se o plenário continuaria
191 analisando a proposta de estatuto para Conselho Gestor. Em face do adiantado da hora e
192 em respeito à solicitação da Sra. Secretária Sandra Fagundes, o plenário do CMS decidiu
193 por unanimidade, suspender a análise da proposta. Nada mais havendo a relatar, a
194 reunião encerrou-se às 22h40m, e dela eu Eliana Aguiar de Carvalho, lavrei a presente
195 ata.

196
197
198 HUBERTO J. SCORZA
199 Coordenador do CMS/POA

ELIANA A. DE CARVALHO
Secretaria Executiva do CMS/POA
Ata aprovada na reunião do plenário de 21/08/03.